



Parlamentares e 34 suplentes. A próxima reunião está marcada para quinta-feira, às 10 horas. A Comissão tem compromisso histórico com todos aqueles que de uma forma ou de outra são discriminados no País. E nossa proposta é construir sociedade igualitária, justa, democrática, onde a capacidade de um homem não seja medida pela cor da pele, origem, etnia, raça, procedência, gênero ou mesmo pela idade. Tenho certeza de que o documento a ser elaborado terá também repercussão internacional.

Esta Comissão foi instalada no momento adequado, em que termina a Conferência Internacional realizada na África do Sul para tratar do mesmo assunto. Vejo com satisfação o fato de que nossa grande imprensa tem dado atenção devida a esse debate.

Referi-me desta tribuna, na semana passada, ao jornalista Roberto Pompeo de Toledo, que na última página da revista **Veja** escreveu brilhante artigo sob o título "A discriminação que o Brasil não quer ver". Na matéria, de qualidade ímpar, ele aprofunda a questão. Já mencionei Elio Gaspari, Décio de Freitas, historiador do Rio Grande do Sul.

E hoje cumprimento a revista **ISTOÉ** pelo brilhante trabalho "Um passo adiante — Brasil volta da Conferência sobre o Racismo prometendo implantar políticas compensatórias", de autoria da jornalista Kátia Mello, que elogio pela isenção e clareza com que tratou do tema, principalmente quando coloca posição a respeito das cotas para os afrodescendentes.

Enfatizo a chamada final da reportagem em que digo *"Meu projeto vai além das cotas, que são transitórias. No momento em que não houver mais necessidade, elas serão excluídas"*:

"Nós precisamos reconciliar nossas diferenças, através da razão, do



debate e do compromisso", disse uma vez Nelson Mandela. O homem que venceu o **apartheid** também dizia que na luta contra a discriminação racial o verbo é apenas o início.

Ao deixar a Conferência contra o Racismo, sediada em Durban, na África do Sul, durante os dias 31 de agosto e 8 de setembro, o Brasil saiu da condição de país debatedor, que reconheceu perante o mundo sua problemática racial, para a de propositor, buscando um acerto de contas com a sociedade civil.

O Governo brasileiro, com outras 99 nações, assinou os dois documentos finais (Declaração e Plano de Ação) que reconhecem a escravidão e o tráfico de escravos como "crimes contra a humanidade", mas não mencionam a reparação aos descendentes de escravos. Mas, tanto para o Governo quanto para as instituições ali presentes, as reparações deverão ser resolvidas domesticamente. *"Quer implantemos ou não o sistema de cotas, o Governo adotará medidas compensatórias"*, disse à **ISTOÉ** o Ministro da Justiça, José Gregori. E isso será cobrado. *"O que se deve exigir do Governo é um programa amplo de combate ao racismo que abranja os vários setores, Executivo, Legislativo e Judiciário, interferindo de maneira decisiva na forma de vida das populações discriminadas"*, diz Sueli Carneiro, coordenadora da ONG Geledés — Instituto da Mulher Negra.

No art. 114 do Plano de Ação fica estabelecido que até 2015 algumas medidas devem ser cumpridas no combate às formas de discriminação racial e à eliminação das desigualdades, em particular no que diz respeito às taxas de analfabetismo, de educação primária universal, de mortalidade infantil e de saúde. A aprovação dessas políticas também levará em conta a promoção da igualdade de gênero.



A Vice-Governadora do Rio, Benedita da Silva, disse que "cada país está pedindo o que considera para si uma ação compensatória".

Algumas ações afirmativas já existem no Brasil. Um projeto de referência na área de educação é o Geração 21, que, em parceria com o Banco de Boston, a Fundação Palmares e o Geledés, investe em 21 adolescentes negros que foram selecionados para serem acompanhados até o curso superior. Os critérios adotados na seleção dos alunos de várias escolas públicas foram a origem racial, idade, escolaridade e a renda per capita (um ou dois salários mínimos). O projeto não cuida só do aluno, mas também investe na família, oferecendo, por exemplo, cursos supletivos às mães dos alunos. *"A integração social desses jovens passa por muitas coisas, como a situação econômica familiar. É necessário dar condições para que esses jovens tenham sucesso escolar"*, diz Maria Aparecida da Silva, presidente do Geledés.

Por isso, quando se restringe o debate à questão das cotas, a discussão sobre as políticas compensatórias fica limitada.

Esta é a opinião do Deputado Paulo Paim (PT-RS), autor do Estatuto da Igualdade Racial, que defende cotas para negros: 20% nas universidades, 25% nas mídias, 40% nas peças publicitárias, 30% nos partidos políticos e 20% no funcionalismo público.

Na quarta-feira 12, foi instalada pela Câmara dos Deputados uma Comissão que irá analisar o projeto que estabelece a criação de conselhos municipais, estaduais e federais para estudar medidas no sentido de acabar com o racismo no País. *"Meu projeto vai além das cotas, que é uma política transitória. No momento em que não houver mais necessidade, elas serão excluídas"*, afirmou o Deputado gaúcho.



Entendo que devemos debater a questão das cotas tendo em vista ações afirmativas e compensatórias. Se no Brasil for aplicada essa política, com certeza absoluta deverá ser por um período de transição de dez ou, no máximo, quinze anos. Ao longo desse período, haveremos de preparar nossa juventude, do jardim ao pré-vestibular, para que ela esteja em condições de efetivamente enfrentar o vestibular, se ainda houver esse exame no País — sou daqueles que acham que o mesmo deva ser extinto, a exemplo do que ocorre nos países do Primeiro Mundo. Por meio de um sistema de pontuação, devemos fazer com que nossa juventude tenha efetivamente acesso ao curso superior.

Sr. Presidente, cumprimento a imprensa brasileira, que tem dado ao debate contra a discriminação o devido espaço neste momento. Tenho certeza de que a Comissão Especial incumbida de analisar o projeto cumprirá um papel histórico na Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.